

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.827.808 - PR
(2019/0207613-5)**

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
EMBARGANTE : RUY FERREIRA DA SILVA JUNIOR
ADVOGADOS : HELIO IDERHA JUNIOR - PR028683
ANDRÉ FELIPPE JORGE DA SILVA - PR057290
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
INTERES. : FAUZE SANCHEZ ABDALLAH
ADVOGADO : DENISE OLIVEIRA PICUSSA - PR036253

EMENTA

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DO JULGADO. DESCABIMENTO.

Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Ruy Ferreira da Silva Junior** à decisão de fls. 1.733/1.739, de minha relatoria, assim ementada:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. JÚRI. REGIME INICIAL. PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ACÓRDÃOS CONFRONTADOS. DESCABIMENTO DE DISCUSSÃO SOBRE APLICAÇÃO DE REGRA TÉCNICA DE CONHECIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA A DESCONSTITUIÇÃO DO ACÓRDÃO EMBARGADO.

Embargos de divergência indeferidos liminarmente.

Sustenta o embargante, em suma, a existência de contradição no *decisum* embargado, que assenta *a necessidade de discussão ou controvérsia a respeito do conceito e características do prequestionamento implícito para a configuração do dissídio jurisprudencial*, enquanto que os precedentes paradigmas *conceituam o instituto em apreço* (fl. 1.746).

Registra que os dois paradigmas apresentados trataram sobre o conceito e características do prequestionamento, subsidiando a oposição dos presentes embargos de divergência (fl. 1.747).

Superior Tribunal de Justiça

Entende que há contradição na decisão embargada, na *exata medida em que, muito embora a Colenda Quinta Turma, ao desprover Agravo Regimental interposto pela defesa técnica signatária, tenha apontado o conceito e as características estabelecidas por aquele douto Colegiado para se identificar o requisito do prequestionamento – tal como exigido pela r. decisão monocrática embargada –, indeferiu-se liminarmente os embargos de divergência subjacentes* (fl. 1.747).

Requer, assim, o conhecimento e provimento dos embargos, a fim de que seja sanada a contradição apontada (fl.1.748).

É o relatório.

O recurso não merece acolhida, tendo em vista que inexistente na decisão embargada qualquer defeito.

Consoante afirmei na decisão embargada, na hipótese dos autos, não há semelhança fática entre as situações confrontadas.

O acórdão embargado, além de ter conhecido e dado provimento ao recurso especial do Ministério Público estadual, entendeu que, no caso, os dispositivos legais citados foram implicitamente prequestionados.

Situação dessemelhante da apresentada em ambos os arestos paradigmas.

No primeiro aresto, a Sexta Turma **nem sequer conheceu do recurso especial**, julgando se tratar de *matéria nova tão somente levantada no apelo especial*. E no segundo, o Colegiado corroborou a decisão monocrática do Relator que, apesar de conhecer do agravo, **não conheceu do recurso especial da defesa**, por incidência das Súmulas 282 e 356/STF.

Reitero: a motivação dada pela Sexta Turma **foi diversa**, tendo em vista que **não houve, nos acórdãos paradigmas, nenhuma discussão ou controvérsia** acerca do chamado **prequestionamento implícito**; muito pelo contrário, **foram os dois baseados em circunstâncias diversas**.

Superior Tribunal de Justiça

Sendo assim, não há, no caso, nenhuma irregularidade na decisão impugnada, ensejadora dos embargos de declaração.

Nos termos da jurisprudência desta Corte, a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e aquela que almejava o jurisdicionado (EDcl no AgRg nos EAREsp n. 900.993/BA, Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, DJe 16/4/2018).

Em verdade, o ponto elencado como contraditório traduz simples retórica e inconformismo com o julgado, o que é descabido em sede de aclaratórios (EDcl nos EDcl no AgRg no REsp n. 1.270.282/RS, Ministro Moura Ribeiro, Quinta Turma, DJe 12/8/2014).

Destarte, inexistindo vício no julgado, não cabe, nesta sede, rediscutir o entendimento adotado pela decisão hostilizada.

Ante o exposto, **rejeito** os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator